

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
2894183420201104005203

Processo **0822772-77.2020.8.23.0010** ☆ - (60 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer
Nível de Sigilo: Público
Prioridade: **Maior que 60 anos (conforme Lei 10.741/2003)**

Pendências

Intimações aguardando cumprimento: Ver Intimação Evento de 14/10/2020 - Prazo: 26/10/2020 à 11/12/2020 (30 dias): EXTINTO O PROCESSO POR DESISTÊNCIA Cumprir Prazo

Informações Gerais	Informações Adicionais	Partes	Movimentações	Apensamentos (0)	Vínculos (0)
<div>Realces</div> <div>Realçar Movimentos de: <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Servidor <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Membro MP <input type="checkbox"/> Defensor <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Audiência</div> <div>Ocultar Movimentos: <input type="checkbox"/> Inválidos <input type="checkbox"/> Sem Arquivo <input type="checkbox"/> Hab. Provisória</div>					
<div>Filtros</div> <div>Movimentado Por: <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Advogado NPJ <input type="checkbox"/> Entidades Remessa <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Servidor</div> <div>Sequencial(Intervalo): <input type="text"/> ao <input type="text"/> Data do Movimento(Período): <input type="text"/> à <input type="text"/></div> <div>Descrição: <input type="text"/></div>					
42 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 42					
500 por pág. 1					
Seq.	Data	Evento		Movimentado Por	
<input type="checkbox"/>	42	04/11/2020 00:52:03	JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTRA-RAZÕES Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (27/10/2020)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador	
	42.1	Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO 2751658CONTRARAZOESEMBARGOSINFRINGENTES01.pdf	Público	
	41	28/10/2020 17:22:43	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 28/10/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 38) JUNTADA DE CERTIDÃO (27/10/2020) e ao evento de expedição seq. 40.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador	
	40	27/10/2020 15:24:10	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 38) JUNTADA DE CERTIDÃO (27/10/2020)	Mayk Bezerra Lo Analista Judiciário	
	39	27/10/2020 15:24:04	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de DETRAN/RR - Departamento Estadual de Trânsito de Roraima com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento (seq. 38) JUNTADA DE CERTIDÃO (27/10/2020)	Mayk Bezerra Lo Analista Judiciário	
<input type="checkbox"/>	38	27/10/2020 15:22:32	JUNTADA DE CERTIDÃO LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 23/10/2020 com prazo de 30 dias úteis *Referente ao evento (seq. 23) EXTINTO O PROCESSO POR DESISTÊNCIA (13/10/2020) e ao evento de expedição seq. 25.	Mayk Bezerra Lo Analista Judiciário	
	37	23/10/2020 14:35:00	JUNTADA DE PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Cumprimento de intimação - Referente ao evento EXTINTO O PROCESSO POR DESISTÊNCIA (13/10/2020)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador	
	36	19/10/2020 15:57:58	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de FRANCISCA GALVÃO ANDRADE representado(a) por ANA SIGRID ANDRADE DA SILVA) em 19/10/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 23) EXTINTO O PROCESSO POR DESISTÊNCIA (13/10/2020) e ao evento de expedição seq. 26.	KAIRO ICARO ALVES DOS SANTOS Advogado	
	35	19/10/2020 15:56:05	DECORRIDO PRAZO DE DETRAN/RR - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE RORAIMA (P/ advgs. de DETRAN/RR - Departamento Estadual de Trânsito de Roraima *Referente ao evento (seq. 13) JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE (28/09/2020) e ao evento de expedição seq. 15.	KAIRO ICARO ALVES DOS SANTOS Advogado	
	34	17/10/2020 00:04:22	JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO Cumprimento de intimação - Referente ao evento EXTINTO O PROCESSO POR DESISTÊNCIA (13/10/2020)	SISTEMA CNJ	
<input type="checkbox"/>	33	16/10/2020 14:49:02	JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO Cumprimento de intimação - Referente ao evento EXTINTO O PROCESSO POR DESISTÊNCIA (13/10/2020)	ANTONIO PEREIRA DA COSTA Procurador	



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

PROCESSO: 08227727720208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCA GALVAO DE ANDRADE**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, apresentar suas

CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

mediante as razões de direito adiante articuladas:

Inconformado com a d. Sentença, interpôs o presente visando a reformada da decisão.

Vale salientar que os embargos declaratórios são espécie recursal com contornos específicos, assim, não poderá ter outra finalidade que não a de suprir uma omissão, esclarecer uma obscuridade ou eliminar uma contradição.

Diante disso, os embargos declaratórios não podem, jamais, ter a finalidade de modificar o conteúdo da decisão recorrida. A finalidade específica dos declaratórios deve ser, sempre, a de aclarar o julgado, eliminando uma contradição ou suprimindo uma omissão.

Destaca-se que o objetivo, repita-se, deve ser sempre o de aclarar a decisão embargada.

A doutrina processualista é praticamente unânime ao negar admissibilidade a embargos de declaração que visam a modificar o julgado.



Cumpre registrar que os embargos de declaração manejados pela parte autora, é notório o seu descontentamento com a decisão proferida, descontentamento este que deverá ser apreciado em via recursal própria e não por meio de aclaratórios.

Frisa-se que o fato do n. Magistrado não conceder o que se requer não caracteriza omissão, nem tão pouco contradição.

Desta forma, não de ser acolhido o presente recurso, pois, o julgador não está obrigado a enfrentar todas as questões trazidas pelas partes, quando já encontrou fundamento suficiente tomar a sua decisão final.

Por fim, consoante ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil, o manejo dos Embargos de Declaração condiciona-se indubitavelmente, à presença de obscuridade, contradição ou omissão no julgado, o que não ocorreu *in casu*, sem o que **não lhe impõe o acolhimento**, pois, o recurso em comento não é o meio hábil para modificar o julgado.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 30 de outubro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

